

# PROTAGONISMO FEMININO NO MEIO RURAL: AS MULHERES DA COOPERAÇÃO NO SUL DE SANTA CATARINA – BRASIL<sup>1</sup>

FEMALE PROTAGONISM IN RURAL AREAS: THE WOMEN OF COOPERAÇÃO IN SOUTH OF SANTA CATARINA  
- BRAZIL

## RESUMO

As persistentes desigualdades de gênero têm entre os desafios o acesso à renda pelas mulheres. No meio rural, a dificuldade é ainda maior. Em 2006, no município de São Ludgero, no sul de Santa Catarina, Brasil, agricultoras criaram uma feira de produtos coloniais e, posteriormente, em 2013, a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero (Cooperação). Diante disso, objetivou-se estudar o protagonismo dessas mulheres na busca de autonomia e emancipação. A pesquisa se utilizou da abordagem qualitativa, e a obtenção dos dados ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica e de campo, sendo realizadas entrevistas com as cooperadas e observação sistematizada do cotidiano da feira semanal da Cooperação. Concluiu-se que as mulheres vinculadas à cooperação demonstram ocupar a posição de protagonistas de suas ações ao exercerem o controle da produção, da comercialização e do gerenciamento da feira e da Cooperativa (Cooperação).

**Palavras-chave:** Protagonismo feminino. Divisão sexual do trabalho. Economia solidária. Agricultura familiar.

## ABSTRACT

Persistent gender inequalities make access to income for women one of the challenges. In rural areas, the difficulty is even greater. In 2006, in the municipality of São Ludgero, in the south of Santa Catarina, Brazil, women farmers created a fair of colonial products and, later, in 2013, the Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero (Cooperação). Therefore, the objective was to study the role of these women in the search for autonomy and emancipation. The research used a qualitative approach, and data collection took place through bibliographic and field research, with interviews being carried out with the cooperative members and systematic observation of the daily routine of the Cooperation's weekly fair. It was concluded that women linked to cooperation demonstrate that they occupy the position of protagonists of their

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar do artigo foi apresentada e não publicada no II CONPES (Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária), realizado entre os dias 26 a 28 de setembro de 2018, na UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

---

### Suzane Grimm

Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC). Filiação: UNESC – Brasil. E-mail: suzane.grimm@gmail.com

### Dimas de O. Estevam

Doutor em Sociologia Política (UFSC). Filiação: UNESC – Brasil. E-mail: doe@unesc.net

### Giovana I. J. Salvaro

Doutora em Ciências Humanas (UFSC). Filiação: UNESC – Brasil. E-mail: giovanailka@unesc.net

actions when exercising control of production, commercialization and management of the fair and the Cooperative (Cooperação).

**Keywords:** Feminine visibility. Sexual division of labor. Solidarity economy. Family farming.

## Notas introdutórias

Em sua trajetória, as mulheres exerceram um papel secundário em um mundo protagonizado pelos homens. Ou seja, coube aos homens o exercício de funções na vida pública, mais valorizadas, enquanto às mulheres coube a execução de atividades privadas, no âmbito familiar, vistas como menos qualificadas e sem remunerações. A luta por emancipação, na atualidade, possibilita galgar inúmeras conquistas por parte das mulheres; no entanto, os desafios a serem superados são muitos (a dupla jornada, as diferenças salariais, o assédio moral e sexual no trabalho, o acesso a cargos de direção, entre outros).

As manifestações por igualdade de gênero são inúmeras. Dentre os movimentos, cabe destaque a economia solidária, que se caracteriza como uma prática regida pelos princípios da democracia, da cooperação e da solidariedade, baseados no respeito à natureza, à igualdade de gênero e à valorização do trabalho humano, visando à superação da exclusão social por meio do comércio justo, da geração de trabalho e de renda. Entre as formas de resistência está a organização em cooperativas, que pela cooperação busca superar as diversas formas de desigualdade.

Na busca pela superação das desigualdades, em Santa Catarina, destaca-se a criação de cooperativas descentralizadas a partir do final da década de noventa. Essas cooperativas se diferenciam do modelo tradicional de cooperativa por terem suas atividades produtivas realizadas nas residências dos/as produtores/as. A cooperativa recebe essa denominação por ter a produção e a comercialização descentralizada; portanto, não possui unidade de produção, o/a cooperado/a utiliza a cooperativa para formalizar suas atividades (Estevam *et al.*, 2014).

Inspiradas nas cooperativas descentralizadas, as mulheres do município de São Ludgero, no sul catarinense, criaram a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação), no ano de 2013, com o objetivo de formalizar e comercializar diretamente a produção em feiras, programas governamentais e no quiosque da cooperativa, que fica no centro do município, com o intuito de valorizar seus trabalhos e serem reconhecidas. A organização da Cooperação contou com a contribuição da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que participou desde o início da formação do grupo na organização da feira e do quiosque. Nesse sentido, o objetivo do artigo é estudar o protagonismo dessas mulheres na busca por autonomia e emancipação.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente artigo foram a pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevistas e observação

sistematizada do cotidiano da feira semanal da Cooperação durante o período de junho de 2018 a novembro de 2019. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, das quais seis foram feitas com associadas da Cooperação; duas com extensionistas rurais, as quais participaram do processo de constituição do grupo; e uma com a administradora contratada da cooperativa. O trabalho foi realizado com base na abordagem qualitativa, conforme Denzin & Lincoln (2006: 17), que consiste em um “[...] conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”.

Para a compreensão da participação das mulheres na constituição da Feira e da Cooperação, buscou-se realizar entrevistas informais para apreensão da percepção dessas mulheres em relação à sua trajetória e aos desafios presentes e futuros percebidos por elas. Também foram utilizadas informações contidas no livro “Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina”, escrito por Teresinha Baldo Volpato e Juliana Köenig Duarte, publicado pela editora da Epagri em 2017. O livro retrata a trajetória das mulheres integrantes da Feira e da Cooperação.

A primeira seção do artigo contextualiza os principais temas abordados na pesquisa, quais sejam: economia solidária, agricultura familiar, gênero e divisão sexual do trabalho. A seção seguinte apresenta o contexto da feira e da Cooperativa, além das percepções e dos desafios apreendidos a partir das entrevistas informais com as/os participantes e a observação sistematizada. A seção subsequente analisa questões relacionadas à autonomia feminina, socialização, divisão geracional e sexual do trabalho, a partir da literatura especializada dos temas. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

## **Economia solidária e a busca pela visibilidade feminina no meio rural**

Fruto da luta de grupos minoritários e excluídos, a economia solidária surgiu na primeira metade do século XIX como forma de reação à precarização do trabalho em razão do crescimento sem precedentes do capitalismo industrial. A consequência de um modelo de exploração da força de trabalho baseado no liberalismo econômico, promovido pela Revolução Industrial, gerou um processo de degradação da condição de vida dos/as trabalhadores/as, com abusivas jornadas de trabalho, utilização de trabalho infantil, condições de trabalho degradantes, além do desemprego provocado pela utilização das máquinas nas grandes indústrias (Arroyo & Schuch, 2006).

Desse modo, desde o início da Revolução Industrial até os dias atuais, a economia solidária se apresenta como um movimento que inclui diversas lutas de causas humanitárias, trazendo à luz questões consideradas tabus, por vezes invisíveis ou deixadas de lado pela falta de interesse da economia tradicional em resolvê-las ou até mesmo pelo interesse de que elas não sejam resolvidas. Dentre as diversas questões que a economia solidária abrange, contemporaneamente, encontram-se em evidência questões que emergem a partir de debates no campo da economia feminista. Coelho

(2009: 128) observa que “[...] a economia feminista está a (re)abrir questões mais amplas do que as habitualmente postas pelos economistas, questões essas que põem em causa os supostos adquiridos acerca de conceitos como os de trabalho, valor e bem-estar”.

No estudo realizado por Nelson & Power (2018), que buscaram contribuir para a construção e a ampliação das literaturas feministas e ecológicas, tendo como foco central os aspectos de “cuidado”, o campo da economia é entendido mais como uma área preocupada com o modo como as sociedades se organizam para prover a continuidade e a reprodução da vida do que como um fenômeno em torno da tomada de decisão racional e individual ou de atividades pautadas em torno de interesses dos mercados. Essa definição proposta pelos autores evoca noções mais dinâmicas da existência humana do que as encontradas nas definições mais tradicionais (Nelson & Power, 2018).

Além disso, no campo do debate e da análise dos fenômenos econômicos, Coelho (2009: 132) argumenta que a economia não se limita à proposição de uma teórica e homogênea metodologia, mas envolve pensar sobre sua potência para a “[...] transformação emancipatória da realidade econômica”. Em consonância com o argumento sobre a contribuição dos debates e das reflexões no contexto da economia feminista, Fernandez (2008) enfatiza a necessidade central de ponderar sobre a desvalorização histórica e a “invisibilidade econômica” do trabalho não pago realizado cotidianamente pelas mulheres. De forma específica, Fernandez (2008) se refere ao trabalho feminino não remunerado, sua invisibilidade no cálculo do produto nacional e seus efeitos na perpetuação de desigualdades socioeconômicas. Em uma perspectiva histórica, convém observar que as questões ligadas ao trabalho representam tamanha importância social para os indivíduos, inclusive ele é assegurado como um dos direitos fundamentais registrados no artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” (ONU, 1948: n.p.).

É incontestável a centralidade do trabalho na contemporaneidade ao promover por meio da força produtiva, em primeira instância, meios para garantir a sobrevivência humana. Como resultado do emprego da força de trabalho, o indivíduo adquire poder de compra e autonomia financeira, tornando-se parte de uma sociedade que se movimenta em função do capital. É também por meio do exercício do seu ofício que os/as trabalhadores/as criam sua identidade e posicionam-se na sociedade.

Quando se aborda a situação das mulheres no mercado de trabalho, há muitas peculiaridades a serem consideradas, principalmente a respeito das condições no trabalho. Entre as questões naturalizadas e invisibilizadas estão a sobrecarga de trabalho, gerada pela dupla jornada (trabalho em casa e fora), desigualdades em termos salariais, dificuldades de ascender na carreira, entre outras barreiras enfrentadas cotidianamente pelas mulheres.

Essas relações sociais desiguais entre homens e mulheres no mercado de trabalho remetem às questões de gênero. Scott (1995: 86) define o gênero da seguinte forma: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças

percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. A autora também destaca a compreensão de gênero como relacional, a qual possibilita analisar diferentes significados atribuídos às atividades realizadas por homens e mulheres.

Nesse sentido, no que se refere às atividades desenvolvidas pelas mulheres do meio rural, Paulilo (2016) descreve a relatividade do significado de “trabalho leve”, demonstrando que o termo pode variar de acordo com o meio onde esse conceito está inserido; por exemplo, em plantações de cana-de-açúcar, trabalhos que exigem extremo esforço físico são realizados por mulheres e crianças, sendo que em outras regiões essas mesmas atividades são consideradas “pesadas” e executadas por homens. Para a autora, a aplicação do conceito “leve” é atribuída para trabalhos realizados por mulheres, crianças e idosos/as, e “pesado” para atividades realizadas por homens. A definição desse conceito é relevante para compreender a definição da remuneração do trabalho realizado que está por trás: o “trabalho leve” recebe remuneração menor que o “trabalho pesado”.

Para Hirata & Kergoat (2007), as desigualdades entre homens e mulheres são decorrentes da divisão social do trabalho e das relações sociais entre os sexos. Isso se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho, que é dividido em atividades consideradas masculinas e femininas. As atividades realizadas pelos homens no âmbito produtivo e público têm maior relevância e valor adicionado quando comparadas às atividades executadas por mulheres. A elas cabem as atividades da esfera reprodutiva vinculada ao ambiente privado e doméstico, o que torna seu trabalho menos valorizado e considerado secundário.

De forma genérica, pode-se pensar na divisão social do trabalho como um conjunto de atividades designadas como femininas e masculinas. Dessa forma, a divisão do trabalho é naturalizada, baseada no pressuposto de que os homens realizam trabalhos que exigem força física, enquanto as mulheres executam atividades que reproduzem tarefas domésticas e que necessitem de habilidades consideradas inatas. No entanto, mais do que a extensão dessas atividades, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social (Souza-Lobo, 1991).

As autoras Hirata e Kergoat (2007: 599) elucidam os princípios da divisão sexual do trabalho, afirmando que “[...] essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. Com base nesses princípios de divisão, segundo as autoras, pode ser observado que mesmo com a considerável melhora nas condições do trabalho feminino, ainda há um expressivo distanciamento entre os grupos de sexo.

A divisão sexual do trabalho atribui aos homens o trabalho remunerado, visível, associado ao âmbito público, ou seja, o trabalho considerado importante; já as mulheres são responsabilizadas pelo trabalho de cuidados – que se caracteriza por ser um trabalho afetivo, menos valorizado –, gratuito, invisível e associado ao âmbito privado. No entanto, ressalta-se que o espaço público não poderia existir sem

o privado, além de que o trabalho de cuidados é a base que permite a reprodução da sociedade (Forés, 2012).

A temática da divisão sexual do trabalho é relevante, não apenas no que diz respeito às atribuições das tarefas no ambiente profissional, mas também à vulnerabilidade das atividades classificadas como femininas, que têm como consequências a precariedade, a informalidade, os ganhos reduzidos, as longas jornadas, o reduzido amparo legal, além de serem as mulheres as primeiras afetadas em situações de crise econômica (Hirata, 2011).

Na agricultura, a divisão sexual do trabalho é mais acentuada quando comparada ao âmbito do trabalho urbano. As atividades no meio rural, realizadas por mulheres na esfera privada reprodutiva, onde desempenham múltiplas tarefas, na maioria das vezes, não são reconhecidas como trabalho. Isso também ocorre quando as mulheres exercem atividades produtivas similares às dos homens. Nesse caso, é entendido como “ajuda” e não percebido como trabalho produtivo. Nesse sentido, as mulheres, na agricultura, são invisibilizadas de diversas formas, tanto no âmbito público quanto no privado (Galizoni & Ribeiro, 2004). Essa rígida divisão sexual do trabalho, na agricultura, segundo Cordeiro (2007), desfavorável às mulheres, invisibiliza seu potencial produtivo. Com isso, sua contribuição econômica é subestimada.

Uma forma de promover a visibilidade do trabalho das mulheres rurais está vinculada à cooperação. Nesse sentido, as iniciativas de economia solidária podem representar a inserção de mulheres nos círculos sociais, políticos e econômicos, por meio de práticas baseadas nos princípios da solidariedade e igualdade entre os/as participantes, inclusive nas questões de gênero. Para Singer & Souza (2000), a economia solidária representa para os/as trabalhadores/as estigmatizados/as por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – o resgate da cidadania e a valorização do trabalho.

As práticas da economia solidária, para Guérin (2003), têm para as mulheres um valor para além do retorno financeiro ao representarem um caminho promissor na luta em busca da igualdade entre homens e mulheres. Na agricultura, essas iniciativas têm especial impacto na revalorização das atividades de proximidade, na possibilidade de criação de espaços de diálogos e reflexões coletivas – as quais são essenciais para promover a discussão e a transformação do discurso da divisão sexuada dos papéis masculinos e femininos na sociedade –, além de contribuírem para a diminuição da distribuição desigual das obrigações familiares. A autora destaca, ainda, que os espaços viabilizados pela economia solidária atuam como suporte para que as mulheres possam ter dignidade e tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas.

Considerando as reflexões realizadas acerca da participação laboral das mulheres na sociedade – socialmente produzida e reproduzida, em especial na agricultura –, das implicações da divisão sexual do trabalho e da economia solidária como uma possível alternativa para a promoção da visibilidade feminina, torna-se essencial narrar as experiências de mulheres que enfrentam cotidianamente condições tão adversas.

## A constituição da Feira de Produtos Coloniais e a criação da Cooperação em São Ludgero/SC

A feira de produtos coloniais, nomeada pelos/as seus/suas frequentadores/as de “feirinha”, e a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação) ficam situadas no município de São Ludgero, região sul de Santa Catarina, localizado a 182 km de distância da capital do estado, Florianópolis. Segundo os dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010, São Ludgero tinha um total de 10.993 habitantes, sendo 5.368 mulheres e 5.625 homens, com estimativa de 13.165 habitantes em 2018 (IBGE, 2010; IBGE, 2019). A taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade correspondia a 99,1%, e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,755 em 2010.

A feira de produtos coloniais e a Cooperação foram criadas com o objetivo de comercializar os produtos produzidos pelas mulheres diretamente no mercado e, com isso, valorizar o trabalho e a cultura local, conforme ressaltado por Volpato & Duarte (2017). Trata-se de um espaço de valorização de “produtos com valores históricos”, que se constituem em patrimônio imaterial do município. Sua organização teve importante contribuição da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que participou da construção dessas iniciativas entre os anos de 2002 e 2009 (Volpato & Duarte, 2017).

Segundo Volpato & Duarte (2017), essas ações tiveram início com a promoção de cursos profissionalizantes de floricultura, voltados para a qualificação das agricultoras. Os cursos tiveram resultados positivos, fazendo com que outras agricultoras demonstrassem interesse em participar de outros cursos. Posteriormente, foram ofertados cursos de processamento de hortaliças, de preparo de conservas e temperos, de massa (extrato) de tomate e tomate seco. A crescente participação da comunidade nos cursos e a percepção da valorização dos produtos produzidos pelas agricultoras fomentaram a ideia de comercialização dos produtos.

A iniciativa foi concretizada em 07 de junho de 2006, durante a semana do município. As agricultoras foram autorizadas pela paróquia de São Ludgero a comercializarem seus produtos na primeira feira, que foi realizada no salão paroquial. Desde então, a feira passou a ser realizada em diversos formatos, até chegar ao atual, que se caracteriza como um “quiosque”, situado na área central da cidade, constituído como sede própria. O quiosque foi construído com parcerias e investimentos de programas institucionais, recursos de iniciativa privada e do grupo de mulheres, mão de obra da prefeitura e do próprio grupo. O grupo de mulheres paga aluguel mensal à prefeitura pela utilização do terreno onde está situado o quiosque (Volpato & Duarte, 2017).

Figura 1 – Feira de Produtos Coloniais da Cooperação – São Ludgero/SC



Fonte: Autora (2019).

A feira funciona todas as quartas e sextas-feiras, das 07h00min às 18h00min, e aos sábados, das 07h00min às 12h00min. Conta com a participação de 18 famílias que comercializam seus produtos. Os/as participantes seguem um cronograma de revezamento na realização de todas as atividades relacionadas ao estabelecimento, desde a comercialização dos produtos à limpeza do quiosque. Os principais produtos comercializados na feira de produtos coloniais são os seguintes: pães, salgados, bolos, cucas, bolachas, doces, geleias, compotas, chás, flores, além de frutas e verduras. O produto com maior demanda é o bolo tradicional de manteiga, que tem como diferencial ser uma receita de família, passada de geração a geração.

Figura 2 - Produtos comercializados na Feira da Cooperação



Fonte: Autora (2019).

Contudo, com o crescimento da feira, algumas dificuldades começaram a ser enfrentadas, em função principalmente da informalidade da origem dos produtos. Para resolver esse problema, a alternativa foi criar uma cooperativa. Segundo Volpato & Duarte (2017), a ideia da criação de uma cooperativa de mulheres veio por meio da experiência anterior de uma das agricultoras e fundadora da feira, que era associada em uma cooperativa da região. Dessa forma, após inúmeras reuniões, no dia 9 de maio de 2013, foi fundada a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação) de São Ludgero/SC, contando com 23 cooperadas/os, a maioria mulheres agricultoras.

De acordo com informações obtidas de participantes da feira e da Cooperação, atualmente, a cooperativa conta com a participação de 21 associadas/os, sendo que destas/es 19 são mulheres e dois são homens. Cabe esclarecer que nem todos/as os/as participantes da feira de produtos coloniais aderiram à participação na cooperativa, assim como nem todos/as os/as associados/as à Cooperação expõem seus produtos na feira de produtos coloniais, conforme destaca a entrevistada E7: “A gente tem 21 cooperados, daí desses 21 tem duas famílias fora que participam na feira e que não está na cooperativa. Daí assim, a cooperativa foi criada para a parte de licitação, essas coisas mais burocráticas que precisa de CNPJ. E a feira foi criada para a venda para consumidor final, já direto”.

A Cooperação foi constituída nos moldes das cooperativas descentralizadas. Essas cooperativas se diferenciam do modelo tradicional de cooperativas, porque o patrimônio pertence à/ao cooperada/o, ou seja, a produção é realizada na unidade produtiva do/a agricultor/a, que é repassada à cooperativa por meio de um contrato

de comodato. O/A produtor/a passa a utilizar o CNPJ da cooperativa para formalizar as atividades desenvolvidas na propriedade e a comercialização (Estevam *et al.*, 2014).

Com a criação da Cooperação, conforme Volpato & Duarte (2017), os/as associados/as, além de venderem seus produtos formalmente na feira, passaram a comercializar parte da produção aos programas governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), como fica destacado no comentário da entrevistada E7: “Hoje a gente está comercializando para a prefeitura de São Ludgero, e para o PNAE que envolve o estado. Esses dois, por enquanto”.

Com o crescimento da demanda e para melhorar a comercialização e a distribuição, as/os participantes da Cooperação criaram um Centro de Distribuição e Logística que também é a sede da Cooperação. Esse local serve para concentrar, principalmente, os produtos que se referem aos programas institucionais (PNAE e PAA). As entregas dos produtos são feitas por intermédio de um caminhão pertencente a um dos cooperados. Para atender ao município de São Ludgero/SC, as entregas são realizadas semanalmente, contando com uma variada gama de produtos, incluindo panificados, doces, geleias, bolachas, frutas, verduras e ovos. Já para o estado de Santa Catarina, as entregas são realizadas mensalmente em um único local, posteriormente distribuídas de acordo com as necessidades de cada instituição do Estado.

Para gerir todas as atividades, são realizadas reuniões mensais do grupo, as quais são totalmente planejadas, organizadas e conduzidas pelas próprias mulheres cooperadas, geralmente pela presidenta da Cooperação, com o suporte da administradora contratada. A entrevistada E5 explica a lógica do dia da semana em que as reuniões da cooperativa são comumente agendadas quando descreve a sua rotina de trabalho: “Na segunda, é o dia mais de folga que eu tenho, por isso a gente faz as reuniões na segunda-feira, que é o dia que as cooperadas têm mais folga”.

Além disso, a Cooperação conta com o trabalho de uma administradora contratada, que executa suas funções durante meio período dos dias úteis semanais, tendo como função auxiliar as/os cooperadas/os nas demandas burocráticas relacionadas ao atendimento das licitações e às vendas para programas governamentais.

As cooperadas ressaltaram que tanto a produção para a comercialização na feira, quanto às destinadas aos programas governamentais são realizadas nas suas unidades familiares, localizadas nas propriedades rurais. Essas unidades passam por rotinas de inspeções, gerenciadas por alguns membros do grupo, que são responsáveis por realizar visitas sem o conhecimento prévio das/os agricultoras/es, buscando fiscalizar o cumprimento das regras de produção e de higiene no processo produtivo.

Além disso, como consequência da formalização das suas atividades, as mulheres devem, obrigatoriamente, seguir as normas e recomendações da vigilância sanitária, as quais buscam eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde dos consumidores. Para as mulheres da Cooperação, essa questão também emerge como um fator que acarreta maiores responsabilidades no seu cotidiano, sendo destacada pela participante E5 quando questionada sobre como lida com as responsabilidades de ser associada a uma cooperativa: “Não, é bastante responsabilidade. Bastante, porque é manipulação

de alimento, né. E, ali se não está tudo certinho também é perigoso. Então, eu acho de muita responsabilidade”.

Cabe destacar que a produção é realizada majoritariamente pelas mulheres, mesmo nas unidades em que o associado é o homem. Relacionando as peculiaridades existentes no cotidiano laboral das mulheres rurais com o conceito apresentado por Hirata e Kergoat (2007) acerca da divisão sexual do trabalho, pode-se destacar, dentre as entrevistadas, alguns relatos que corroboram de forma empírica a presença do primeiro princípio organizador da divisão sexual do trabalho: o princípio de separação, ou seja, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Ao ser questionada sobre quem é a pessoa na propriedade que, geralmente, participa dos cursos oferecidos pela EPAGRI, a E1 afirma que: “Mais é eu, porque é na área de produção, mas ele já fez cursos também de SENAR e coisas assim, que pertencem a parte do homem. [...]. Até, assim, de administrativo, administrar dinheiro, essas coisas, é ele que fez esses cursos, ele já fez dois dali. Mas, daí quando mexe com alimento, na área de produção, é eu que faço”.

No relato acima destacado, pode ser observada a divisão existente entre o que é considerado função dos homens e o que é percebido como função das mulheres, especialmente quando a cooperada cita que existem determinados cursos de qualificação para o trabalho que pertencem a parte dos homens, isto é, os cursos relacionados à administração dos negócios e dos recursos financeiros. Enquanto as mulheres, por realizarem atividades ligadas à produção e ao manuseio de alimentos e por buscarem se profissionalizar, acabam realizando os cursos correspondentes a essa área.

A renda obtida com a comercialização na feira de produtos coloniais e na Cooperação é extremamente importante para a manutenção dessas famílias nas atividades rurais. Todas as entrevistadas cooperadas relataram de forma unânime que a renda gerada pelas vendas tem se mostrado significativa no orçamento familiar, sendo que três entrevistadas têm na cooperativa uma fonte de renda secundária e complementar aos rendimentos totais da família; e as outras três entrevistadas têm os valores recebidos pelas atividades desenvolvidas na cooperativa como principal fonte de renda familiar.

Nas observações realizadas no âmbito da feira e da Cooperação, percebe-se a importância para as/os feirantes e cooperadas/os dessa conjugação (feira e Cooperação), no sentido da autoestima e confiança em relação ao futuro, fazendo com que os esforços sejam direcionados para a profissionalização e o relacionamento entre seus membros. Entre os principais desafios a serem enfrentados destacados pelas participantes do grupo entrevistadas está a necessidade de aperfeiçoar o atendimento aos/às consumidores/as. Além disso, a questão dos custos de produção é outro desafio, tendo em vista que a expansão dos negócios depende da redução de custos, mas isso permanece no campo das ideias, visto que as/os participantes da feira e da Cooperação prezam pela qualidade dos produtos e pela tradição de seus antepassados.

Figura 3 – Sede da Cooperação – São Ludgero/SC



Fonte: Autora (2019).

## Mulheres, autonomia, socialização, divisão geracional e sexual do trabalho na feira de produtos coloniais e na Cooperação

Como já foi apresentado, as mulheres, historicamente, exerceram funções laborais consideradas secundárias e subordinadas, restritas ao espaço doméstico, em que predomina o trabalho reprodutivo. Nesse contexto, a autonomia feminina fica limitada e o poder de tomar decisão, muitas vezes, fica restrito à sua casa. Embora se reconheçam as conquistas atribuídas aos movimentos sociais de luta das mulheres por igualdades de gênero, em muitos aspectos, pouca coisa mudou, principalmente no que se refere à divisão sexual do trabalho em atividades rurais.

No município de São Ludgero, um grupo de mulheres decidiu reverter a situação, lutando por autonomia e reconhecimento. Na obra lançada por Volpato & Duarte (2017), as autoras retratam a trajetória do grupo de mulheres agricultoras e artesãs, que juntas criaram a feira de produtos coloniais e a Cooperação, tendo suas vidas transformadas pelas atividades realizadas. A valorização e a visibilidade conquistadas vieram por meio da produção familiar, transformada comercialmente. A atitude das mulheres fez com que seu trabalho fosse reconhecido socialmente. Com isso, passaram a ser percebidas e a perceber como sujeitos capazes e hábeis, por meio do saber-fazer de seus produtos de qualidade e potencial para a venda (aceitos pelo mercado).

A ida e vinda entre a casa-feira-casa foi destacada por Volpato & Duarte (2017) na relevância que a comercialização dos produtos na feira teve para fomentar a renda das participantes. Em relatos no livro das autoras, as participantes enaltecem “o gostinho de ganhar o próprio dinheiro”, o que remete à própria história das mulheres rurais, cujo trabalho, na maioria das vezes, não é remunerado, pois, “[...] geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.” (Brumer, 2004: 210). Em relação à renda proveniente da cooperativa, a Ez destaca a sua importância: “Então, às vezes a gente vê que em alguns lugares as mulheres não são muito reconhecidas, né? E, hoje a gente vê que é o trabalho da feira, que a gente produz, e que é bem importante pra família, eu acho assim bem legal”.

As mulheres rurais, segundo Siliprandi (2011), em geral, ainda vivenciam uma série de dificuldades em sua vida cotidiana, sobretudo em função da sua falta de autonomia econômica e pessoal. Essa autonomia está intimamente atrelada ao fato de as mulheres não terem acesso à renda, ficando muitas vezes sujeitas à vontade do marido de atender suas solicitações, inclusive para compras rotineiras e de manutenção da casa. Essa falta de acesso ao dinheiro restringe sua autonomia e, muitas vezes, impede-as de exercer plenamente suas liberdades.

Na agricultura, conta-se com muitas mulheres trabalhadoras, mas são poucas, conforme Cordeiro (2007), as que recebem algum retorno financeiro pelo seu trabalho, sendo que a maioria delas trabalha para a sua reprodução, ou seja, para o próprio consumo e o da família. Para a autora, esse cenário indica a posição que o trabalho feminino ocupa na agricultura. Pelo fato de o trabalho feminino na agricultura familiar ser desvalorizado e ser considerado uma “ajuda”, as próprias mulheres não se reconhecem como trabalhadoras rurais. Isso foi constatado nos estudos de Heredia & Cintrão (2006) e Siliprandi (2011), com base em dados estatísticos, os quais apontam um número muito baixo de trabalhadoras que se autodeclaram agricultoras familiares. Isso reflete a distorção e os efeitos causados pelas desigualdades de gênero no campo.

O acesso à renda gerada via trabalho é uma forma de tornar as mulheres mais independentes do marido e mais autônomas no processo de decisão, tanto no ambiente doméstico como fora dele. Dessa forma, em se tratando da participação das mulheres na sociedade, o trabalho tem uma função essencial, pois além de ser uma fonte de renda, possibilita autonomia financeira.

Nesse sentido, a feira de produtos coloniais se caracteriza como um dos principais espaços em que ocorre a socialização das mulheres agricultoras e artesãs em São Ludgero/SC. Nas pesquisas sobre feiras livres, Estevam *et al.* (2014) ressaltam as particularidades do ambiente das feiras, destacando que são espaços de socialização e de trocas culturais, que articulam em um mesmo espaço produção e comercialização, gerando outros significados muito além das relações de troca. Volpato & Duarte (2017) destacam que a feira de produtos coloniais é agregadora de troca de experiências e impressões que acontece em função do contato entre produtoras/es e consumidoras/es. As autoras concluem que a feira “[...] não significa apenas a comercialização de produtos. Ativa-se um canal de comercialização sem descuidar dos demais aspectos

em um local em que há troca de receitas, de vivências e experiências de vida” (Volpato & Duarte, 2017: 37).

Nesse sentido, é possível observar que a convivência nos ambientes da feira de produtos coloniais e da cooperativa traz consigo não só os ganhos financeiros, mas também o vínculo afetivo criado em função da socialização com as demais pessoas do grupo. Esse fato pode ser observado no relato destacado a seguir, que se refere à resposta da entrevistada E5, quando questionada sobre as mudanças que ocorreram na sua vida após a sua associação, a Cooperação: “Ah, tive uma independência muito boa assim, sabe. Me senti bem mais realizada. Foi muito bom. A companhia delas também... é uma segunda família”.

Em sua trajetória (feira e Cooperação), foram fundamentais os cursos de formação oportunizados pela Epagri. Contudo, conforme destacado por Volpato & Duarte (2007: 26), “Nem sempre foram cursos profissionalizantes, muitas vezes os temas abordavam as relações humanas, a confiança, o papel social da mulher na sociedade”. Os cursos proporcionaram não só a oportunidade de aprendizado em diversas áreas do conhecimento, mas também viabilizaram espaços de convivência entre as agriculturas e artesãs. Aos poucos, foi surgindo a necessidade de manter e ampliar esses espaços e os momentos de interação, que envolviam não só os/as associados/as na feira e na Cooperação, como também seus familiares e as lideranças locais. As autoras destacam a importância das famílias na execução das atividades ao citarem a participação dos/as jovens (filhas/os das/os agriculturas/es) em determinadas funções, especialmente nas áreas administrativas. As autoras afirmam que cabe aos/às jovens a execução e o gerenciamento da “[...] área financeira, a produção de rótulos, os pagamentos e a manutenção do local de venda” (Volpato & Duarte, 2007: 39).

Na pesquisa realizada sobre a divisão sexual do trabalho em Unidades de Produção Familiar (UPF), no âmbito da agricultura, Salvaro & Estevam (2017) destacam que a divisão é sexual e geracional, com participação laboral diferenciada de homens e mulheres (pai e mãe, filhos/as e netos/as) em atividades de produção agropecuária e domésticas. Tal afirmativa corrobora com Cordeiro (2007), o qual aponta que a forma de organização do trabalho na agricultura é pautada em torno de dois eixos principais, o gênero e a geração, cujas relações são organizadas de tal forma que a idade e o ciclo de vida familiar impactam nas posições que cada membro ocupa na produção dos grupos domésticos. Além disso, Wanderley (2009) ressalta que as ações das famílias agricultoras, em se tratando do processo produtivo e das relações de trabalho, são pensadas tanto na sua importância para a subsistência da família no presente, como para a possibilidade de assegurar a perpetuação das próximas gerações.

Ainda, cabe pontuar o papel desempenhado pelos maridos participantes da feira e da Cooperação a partir dessa nova realidade. De acordo com Volpato & Duarte (2007), o trabalho realizado pelas mulheres compreende o funcionamento e a manutenção da feira e da cooperativa; já os homens, eles atuam em algumas atividades, de forma geral, mais presentes nos bastidores dos empreendimentos (como levar e buscar os produtos para o quiosque). Dessa maneira, conforme Brumer (2004), no meio rural, existem fatores que influenciam a posição que homens e mulheres ocupam

na distribuição das atividades. Entre eles está a atribuição dada às mulheres em determinadas tarefas, justificada pela qualidade inata que as mulheres supostamente possuem ou adquiriram. Assim, algumas atividades são consideradas femininas e outras masculinas; conseqüentemente, tem-se a divisão sexual do trabalho.

Durante as entrevistas foi possível perceber que existe maior participação dos homens nas unidades de produção familiar em que a cooperativa representa a renda principal. Entretanto, assim como sugerem as pesquisas anteriormente mencionadas, os homens não estão presentes em todas as atividades da unidade de produção familiar, mas, majoritariamente, nas funções de gerenciamento e administração; enquanto as mulheres se restringem às atividades ligadas à produção no âmbito das unidades de produção familiar.

Como cabe aos homens o trabalho produtivo no meio rural, o cotidiano das mulheres é caracterizado por uma combinação de distintas modalidades de trabalho, que vão desde a realização dos serviços domésticos, os cuidados com a família ao trabalho na roça. Tal particularidade, segundo Cordeiro (2007), faz com que as mulheres circulem e interajam em diversos espaços, tais como os roçados, os terreiros e a casa, com o intuito de conciliarem as tarefas domésticas e realizarem as suas atividades produtivas. Nesses espaços, as mulheres podem processar e negociar os produtos alimentícios típicos da agricultura familiar (como, por exemplo, doces, pães, manteiga e queijos), realizar a manufatura de diversos produtos e artesanatos, além de serem responsáveis, na maioria das vezes, pelo trato dos animais de pequeno porte e pelo cuidado com o quintal e a horta.

No caso estudado (da Feira de produtos coloniais e da Cooperação), percebe-se que as mulheres realizam tarefas tipicamente femininas, como, por exemplo, o processamento de produtos nas cozinhas de suas casas, o cuidado com a horta, entre outras atividades. E, mesmo quando essas atividades deixam de ser realizadas exclusivamente no âmbito doméstico, tornando-se atividades consideradas produtivas, realizadas no espaço público (como no caso da feira), as mulheres continuam à frente das iniciativas. Embora os maridos estejam presentes em algumas atividades, as mulheres se destacam e demonstram ocupar a posição de protagonistas nas atividades, tanto da feira quanto da Cooperação. Nesse sentido, Guérin (2003) ressalta que as mulheres são frequentemente as protagonistas em atividades ligadas à economia solidária. Muitas vezes, essas iniciativas, quando reconhecem de forma justa o valor do trabalho feminino, conseguem oferecer uma oportunidade inédita para se avançar na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres.

## Considerações Finais

Muitos foram os desafios impostos às mulheres no decorrer da história. E muitas ainda são as questões a serem resolvidas para se alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, há que serem considerados os avanços em

algumas frentes relacionadas à temática nos últimos séculos. Tais avanços não foram conquistados sem lutas, pelo contrário, foram alcançados por meio dos esforços de muitos indivíduos e de organizações da sociedade civil, especialmente de movimentos reivindicatórios e com propósitos voltados para causas minoritárias e humanitárias. Alguns desses movimentos surgiram, inicialmente, para o atendimento de questões específicas, como, por exemplo, a Economia Solidária, que não tem as mulheres como cerne da luta, mas que, com o tempo, tem se apresentado como uma possível forma de promover a autonomia feminina.

As mulheres agricultoras e artesãs participantes da feira de produtos coloniais e da Cooperação vêm conquistando seu espaço ativo na sociedade por meio do seu protagonismo nos empreendimentos de economia solidária, gestado e concretizado por elas. Por meio das participações em cursos de aperfeiçoamento e do olhar atento ao valor dos produtos que são capazes de elaborar, a autonomia dessas mulheres se potencializou, surgindo como frutos a feira de produtos coloniais e a Cooperação. Por meio da socialização entre os membros do grupo, o aprendizado gerado foi profícuo, sendo construídas relações socioprofissionais, pessoais e de amizades, que deram a essas mulheres a base para dar um passo à frente em direção à autonomia e à valorização de seu saber-fazer.

As mulheres foram se profissionalizando, amadurecendo e conquistando novos espaços, assim como a sua organização. Nota-se a distinção das atividades, com a participação dos/as jovens em processos que requerem maior uso de tecnologias. A estrutura física da cooperativa foi ampliada, e atualmente conta com uma sede que comporta também um Centro de Distribuição e Logística, que visa facilitar as entregas para os programas governamentais.

Na trajetória estudada, percebem-se diversas mudanças no contexto organizacional, mas algo que não se modificou ao longo dos anos foi o fato de as mulheres manterem o controle, tanto na direção da Feira de Produtos Coloniais quanto na cooperativa (Cooperação), atuando como elementos fundamentais na produção e comercialização e no gerenciamento do empreendimento. Isso se reflete na composição do quadro de associados/as, tendo em vista que do total de 21 cooperados/as, 19 são mulheres e apenas dois são homens. Contudo, cabe ressaltar as limitações da presente pesquisa e a necessidade da realização de estudos posteriores que investiguem mais profundamente a divisão sexual do trabalho no interior das famílias das mulheres associadas à Cooperação.

## Agradecimentos

Ao apoio financeiro da FAPESC/SC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e do EDITAL-UNESC/GP nº 118/2018 que colaboraram para o estudo.

## Referências bibliográficas

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. (2006). *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

BRUMER, Anita. (2004). “Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul”. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 12: 205-227, jan./abr. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 04 dez. 2019.

COELHO, Lina. (2009). “Economia feminista”. In: CATTANI, Antonio David *et al.* (Orgs.). *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, p. 128-133.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. (2007). “Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 14, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007, p. 1-13. Disponível em: [http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab\\_completo\\_187.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf). Acesso em: 04 dez. 2019.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Traduzido por Sandra Regina Netz. São Paulo: Artmed Bookman.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira *et al.* (2014) “Feiras livres e mercados de proximidades: estudo sobre o perfil dos/as consumidores/as na região sul catarinense”. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, p. 161-186.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. (2008). “Economia Feminista: uma proposta epistemológica em defesa do pluralismo”. In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *3º Prêmio construindo a igualdade de Gênero: Redações e artigos científicos premiados*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p. 37-55.

FORÉS, Estefanía García. (2012). “Ecofeminismos Rurales: mujeres por la soberanía alimentaria”. *Revista Soberanía alimentaria, biodiversidade y culturas*, 1: 1-44, out. Disponível em: <http://www.soberaniaalimentaria.info/images/estudios/ecofeminismos.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. (2004). “Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais”. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, Cuiabá. *Anais eletrônicos...* Brasília: SOBER. Disponível em: [http://norte.asminasgerais.com.br/arquivos/album/376/arq\\_2532.pdf](http://norte.asminasgerais.com.br/arquivos/album/376/arq_2532.pdf). Acesso em: 04 dez. 2019.

GUÉRIN, Isabelle. (2003). “Sociologia econômica e relações de gênero”. In: EMÍLIO, Marli *et al.* (Orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 71-88.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. (2006). “Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro”, *Revista NERA*, ano 9, n. 8, p. 1-28, jan./jun. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420>. Acesso em: 04 dez. 2019.

HIRATA, Helena. (2011). “Tendências recentes da precarização social do trabalho: Brasil, França, Japão”. *CADERNO CRH*, n. spe 01, 24: 13-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. (2007). “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cad. Pesqui.*, n. 132, 37: 595-609, dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2010). *Panorama Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/panorama>. Acesso em: 04 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2019). *Histórico do Município, São Ludgero 2018*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/historico> Acesso em: 09 mar. 2020

NELSON, Julie; POWER, Marilyn. (2018). “Ecology, Sustainability and Care: Developments in the Field”. *Feminist Economics*, n. 3, 24: 80-88, jun. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13545701.2018.1473914>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. ONU Brasil. Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

PAULILO, Maria Ignez. (2016). *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. (2017). “Considerações sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do sul catarinense”. *Revista*

*P2P & INOVAÇÃO*, n. 2, 3: 146-160, mar./set. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p146-160>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SCOTT, Joan. (1995). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e realidade*, n. 2, 20: 71-99, jul./dez.

SILIPRANDI, Emma. (2011). “Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar”. *Pensamiento ibero-americano*, n. 9, p. 169-183. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. (2011). “As mulheres agricultoras nos programas de aquisição de alimentos (PAA)”. *Segurança alimentar e nutricional*, n. 2, 18: 12-32. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. (1991). *A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência*. São Paulo: Editora brasiliense.

VOLPATO, Teresinha Baldo; DUARTE, Juliana Köenig. (2017). *Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2009). “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p.155-183.

Recebido em 04/12/2019.

Aceito em 30/05/2022.